

O governo Castelo Branco e o império ultramarino português: por que não houve crítica?

The Castelo Branco government and the portuguese empire: why there was not critics?

JOSÉ ALEXANDRE ALTAHYDE HAGE*

Meridiano 47 n. 101, dez. 2008 [p. 29 a 34]

À guisa de explicação

Este breve artigo tenciona analisar quais foram as percepções políticas e culturais que o primeiro governo do movimento político-militar de 1964, Castelo Branco, apresentava em relação ao vetusto império colonial português. De sua sede em Lisboa, o presidente do Conselho de Ministros, Antonio de Oliveira Salazar, comandava as colônias africanas desde os anos 1930, expressando duas posições vistas por ultrapassadas nos anos 1960. Primeira a de ser ainda um governo ditatorial de características corporativas, uma espécie de fascismo português, que havia surgido antes da Segunda Guerra. Um resquício do entre – guerras que sobrevivia, inter alia, por causa da Guerra Fria – Salazar tirava partido dos Açores para a locomoção da aviação da OTAN, como fora visto com os jatos norte-americanos em serviço no Oriente Médio em 1973 (Maxwell, 2006).

A segunda posição se relaciona com o cuidado com que Portugal se esforçava para manter seus domínios ultramarinos em uma época de franca descolonização na África e Ásia. Praticamente, o império britânico havia se dissolvido de modo relativamente pacífico a partir de acordos que procuravam conservar, de alguma forma, a preeminência de Londres sobre os novos arranjos – foi o chamado processo administrado de independência.

Já a descolonização francesa foi bem mais violenta e traumática. A guerra de libertação da Argélia, de 1956 a 1962, chegou a ser tão cruenta

que chegou a inspirar um clássico da sociologia da violência, *Os Condenados da Terra*, do médico Frantz Fanon, que servira no exército francês na Argélia e presenciou os métodos “anti-humanos” daquela organização para debelar o ânimo dos árabes ligados à Frente de Libertação Nacional (Fanon, 1979). Por isso, o imperialismo lusitano era visto como algo fora de época e amoral. Angola, Moçambique e outras colônias só se separaram de Portugal em 1975 com o esgotamento da luta armada.

É claro, assunto que merece cuidado de análise e mais tempo de estudo não pode ser apresentado em toda sua complexidade em texto de pouca monta. Contudo, não deixa de ser apenas um ponto de partida para outros estudos que certamente avançarão no tema aqui proposto, a da suposta anuência que tinham os primeiros governos do regime militar brasileiro ao colonialismo de Lisboa sobre Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné.

Com efeito, alguns itens merecem ser comentados com justiça. Na verdade, a falta de uma política autônoma com relação à África portuguesa não começa com Castelo Branco, em 1964. No parecer do ex-chanceler Afonso Arinos de Mello Franco tal ausência havia sido percebida na política externa tanto na segunda gestão de Getúlio Vargas quanto no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 1950 (Franco, 1981). O primeiro promotor da Política Externa Independente do governo Jânio Quadros havia reparado que o Itamaraty, quase voluntariamente, não apresentava visão própria sobre

* Doutor em Ciência Política pela Unicamp e professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan – São Paulo (alexandrehage@hotmail.com).

a África, preferindo seguir o que era adotado pelo governo Salazar, vale dizer, apoiar ou ser indiferente ao império português.¹

Ainda no governo JK ocorreu tratado de amizade e cooperação em que Brasil e Portugal passariam a reconhecer direitos e obrigações sociais, de igual modo, de seus cidadãos. Convocando lembranças, valores e heranças comuns os dois Estados diziam possuir os mesmos empenhos e interesses em advogar projetos comuns. E essa amizade o Itamaraty levou bem longe, a ponto de se afastar das rusgas que cercavam Lisboa no âmbito das Nações Unidas. O tratado de “isonomia binacional” era sempre invocado como algo que o Brasil não deveria desprezar por causa das veleidades internas de Portugal, o que valia também para sua questão africana.

É fato que essa atitude não passava despercebida dentro dos quadros diplomáticos brasileiros. Na condição de instituição complexa que é o Itamaraty não passava incólume pela aproximação do Rio de Janeiro a Lisboa. Em linhas gerais a Chancelaria nacional apresentava críticas a qualquer tipo de colonialismo para marcar terreno, mas quando se tratava da questão luso-africana, emergia um vazio que era vantajoso a Portugal, pois conseguia neutralizar outros ataques, como no âmbito das Nações Unidas.

Se essa atitude movediça da diplomacia brasileira criava embates dentro do Ministério não seria diferente em relação à emergência de alguns novos Estados africanos e asiáticos que não só faziam questão de frisar o direito inalienável à luta revolucionária para a libertação, mas também a urgência deles terem sua própria filiação política, dando origem ao bloco dos Países Não-Alinhados a partir do congresso de Bandung, em 1956.

Nos fóruns internacionais que se encontravam os países do chamado Terceiro Mundo reinava confusão mental a respeito de qual posição tomaria

o Brasil com relação ao processo de independência daqueles que estavam em via de separação de suas metrópoles. Muitos líderes da libertação nacional africana desacreditavam na sinceridade da diplomacia brasileira na hora de hipotecar apoio, pois a dúvida era ainda muito forte. Ao importante diplomata da arquitetura africana, Ítalo Zappa, foi direcionado esse mal-estar, uma vez que o apoio brasileiro foi ausente até o governo Médici. (Gaspari, 2004).

Em 1961, com a ascensão da Política Externa Independente, Houve alguma sensibilidade em face à questão africana e do Terceiro Mundo em geral, embora não seja lícito dizer que fosse resultado de reflexão programática do Itamaraty, mas sim algo mais emocional que levava a política externa brasileira a reconhecer outras geografias. Mesmo assim não fora tranqüila a condenação, pois não houve no todo, contra o colonialismo de Lisboa. Exemplo disso foi o mal-estar gerado entre o Brasil e a Índia por causa de conquistas manu militari que a ministra Indira Gandhi fez de Goa, Damão e Diu, antigos entrepostos comerciais portugueses encravados no território nacional indiano. Sobre aquele conflito o Brasil preferiu fechar com Portugal e condenou a violência indiana (Barreto, 2006).

Castello Branco e o colonialismo português

Com o governo Castello Branco houve a anulação da política apresentada por Jânio Quadros e João Goulart pelo fato de parecer inocente e irrealista para o novo regime político nacional. No intuito de criar as reais condições para elevar o poder nacional brasileiro em face das crises internacionais (Ferreira, 2001), Castello preferiu anular o romantismo anterior pela maior aproximação dos centros mundiais de poder, caso dos Estados Unidos, que dava um pouco de fôlego para o presidente tratar com a oficialidade das Forças Armadas, cujo ímpeto para abraçar as causa da Guerra Fria era muito grande.

Sob a interpretação política, o primeiro governo militar apresentava algumas razões especiais para anuir com o colonialismo português. A Guerra Fria era algo suficiente para Castello Branco não se sensibilizar com a sorte dos africanos lusófonos. Se o processo

1 A PEI tem páginas interessantes para a política revolucionária dos anos 1960, ainda que tenha seus limites. O próprio livro de Fanon procura fazer justiça para com a postura de Jânio Quadros ao expressar o presidente brasileiro como um amante da liberdade dos povos, com quem o Terceiro Mundo pode contar (Fanon, 1979: 77).

de libertação nacional daqueles povos recebia apoio de forças comunistas, então, o novo governo em Brasília, preferiria marcar distância daquelas lutas pelo motivo de serem vislumbradas pelo interesse internacional da União Soviética. Ato que fazia o chanceler Vasco Leitão da Cunha, depois Juracy Magalhães, não titubear a respeito de qual lado ficar, ao lado da democracia, do cristianismo e da economia de mercado. Podia também se dizer: ficar ao lado do ocidentalismo, mesmo que fosse expressão fluida. A questão era saber como fazer para Portugal se encaixar nesse modelo.

Em outras palavras, para aqueles antigos ministros das relações exteriores, seria lícito conservar o império ultramarino lusitano sob feições “civilizantes” com as quais o Brasil compartilhava a ter que assistir à transferência de suas *irmãs* para o imperialismo soviético. Portugal era gênese de modos de civilização que abarcava brasileiros, asiáticos e africanos sob uma mesma experiência de comunhão e amizade propícias ao estilo de vida ocidental; e por isso muito cuidado haveria de existir para não desprezar séculos de sabedoria e cultura (Barreto, 2006).

Juntando cultura, civilização, etnia e elementos a política externa o primeiro presidente do movimento político-militar de 1964 (o que vale também para Costa e Silva) adentrou em terreno polêmico que abria espaço a variadas críticas dos setores ligados à academia, quando havia voz, e às chancelarias de outros países que se incomodavam com as ações brasileiras.

Aqui há interpretação que pode provocar controvérsias entre os estudiosos da política externa brasileira ou de sociologia propriamente dita. Por quê? Porque há espaço para dizer se não haveria certa influência do pensamento gilbertiano em partes do Itamaraty. Arinos já havia dito em seus depoimentos que a Chancelaria preferia anular a política em prol de outros assuntos menos complexos no relacionamento entre o Rio de Janeiro e Lisboa, dando azo para posturas líricas e saudosistas. Pegando esse hiato que marcava a falta de crítica do Brasil a Portugal, desde os anos 1950, Gilberto Freyre procura alimentar sua teoria do luso-tropicalismo que, no fundo, era um exercício intelectual que remontava às idéias de Casa

Grande & Senzala e *Novo Mundo dos Trópicos*, obras que retratam o espírito empreendedor e civilizador na colonização lusitana.

No pensamento saído do luso-tropicalismo Freyre defende a premissa de haver diferenças marcantes entre o colonialismo português com relação às outras metrópoles, caso da Inglaterra, França e Holanda, potências que confrontaram Portugal pela corrida imperial. Na tese de Freyre caberia ao Brasil dos anos 1950 e 1960 contribuir para a conservação daquilo que é o grande trunfo da ação colonial portuguesa na América, na África e na Ásia, o gosto pela miscigenação, pela contemporização e pela construção de nações sob um mesmo princípio de civilização que se baseia no acordo e na negociação. E não é demais frisar que o grande pensador recifense havia apoiado a “revolução” de 1964 (Freyre, 1981).

Neste particular, a colonização portuguesa era diferenciada e tinha qualidade social visto que ela não excluía o nativo; não havia no ultramar experiências degradantes contra o índio, o negro e os seres da Ásia. Havia sim comunhão de raça, pois o homem português desconhecia preconceito de cor de pele; seu preconceito era religioso e não racial. Freyre sublinha que havia sim preconceito do lusitano sobre o colonizado, mas esse mal era por causa da ascensão temporal do catolicismo sobre o islamismo ou o judaísmo. Mas uma vez que o colonizado, ou dominado, aceitasse a preeminência da Igreja de Roma, todas as franquias sociais e políticas eram respeitadas – daí o diferencial do Brasil em que o negro poderia ter destaque social apenas da escravidão (Freyre, 1989).

Seguindo os passos de Joaquim Nabuco, de *Minha Formação*, Freyre reproduzia o parecer que era contrário ao gênio português criar manifestações iguais aos linchamentos encontrados na região sul dos Estados Unidos no século XIX. Também contrariava atitudes semelhantes ao regime de exclusão racial fomentado pelo governo de minoria branca da África do Sul. No fundo, Portugal havia criado civilização nos trópicos. E por quê? Porque pode se dizer, com Freyre, que o elemento português não é definitivamente branco. O homem lusitano não seria branco na medida em que se pensa ser branco o britânico, o

holandês ou o alemão. O nascido em Portugal é uma mistura de árabe, africano, judeu e outros povos que migravam constantemente de toda a Europa para a península. Daí ser o português alguém desprovido de preconceito de raça, já que ele seria resultado de misturas.

Com dose de ideologia Gilberto Freyre havia conquistado prestígio nas universidades internacionais, mas também alguns dissabores por causa de sua tese do luso-tropicalismo. Dando a entender que o autor de *Casa Grande & Senzala* comungava com o interesse colonial lusitano nos anos 1960, analistas mais contestadores passaram a ver no autor um *intelectual orgânico* do conservadorismo, e mais, um amigo do governo anacrônico de Salazar, político que muito se empenhou para manter a situação da Lisboa metropolitana.

Um governo que é lido sob cores conservadoras é bem possível Castello Branco tenha sido congruente com o pensamento de Gilberto Freyre e suas “reflexões internacionais”. Já foi escrito textos sobre a suposta relação da diplomacia da *Sorbonne brasileira* com Portugal de Salazar. Pelo motivo de não ter havido uma franca crítica brasileira a Lisboa, bem como ter o Itamaraty sepultado a Política Externa Independente, houve quem acreditasse em um novo papel que poderia ser representado pelo Brasil em face do império português.

Brasília, ou o Rio de Janeiro, teria condições de centralizar um novo pacto colonial. Em parte, para a chancelaria de Vasco Leitão da Cunha e de Juracy Magalhães, não viam com pertinência o desmanchar do império lusitano por meio de guerras revolucionárias, nem na possível hostilidade antiportuguesa que daí pudesse surgir. O que se deve reparar é que as lutas de libertação nacional na África deveriam ser substituídas por novos arranjos políticos que formassem uma espécie de *commonwealth* de língua portuguesa, sendo o Brasil ponto essencial dessa articulação. (Barreto, 2006). É mister observar que também pudessem aparecer críticas àquela vontade brasileira.

Procurar centralizar os cruzamentos políticos entre Portugal e a África lusófona seria algo palatável. Mas houve quem opinasse se o interesse brasileiro

na sorte africana e portuguesa não seria também imaginação de teor geopolítico para aumentar a inserção internacional do Brasil, bem como melhorar seu posicionamento perante outros pólos de poder, o que daria a entender se o Brasil não teria mesmo a intenção de substituir o papel de Lisboa como centro metropolitano e atribuir essa posição ao Rio de Janeiro. (Schilling, 1981).

Vale dizer, se era objetivo do governo Castello Branco substanciar o poder nacional brasileiro em novos moldes então será congruente também obter novo arranjo internacional e geopolítico. Melhorar os itens que conformam o poder nacional significa aumentar o teor de poder que o País tenciona apresentar no âmbito internacional, angariando aquilo se chama “poder de manobra” para que o Brasil fosse respeitado perante as outras potências (Ferreira, 2001).

Pelo sim ou pelo não, o governo Castello Branco procurou não se imiscuir na questão africana de Portugal; e quando o fez deixou claro sua opção de continuar caminhando com Lisboa. Duas interpretações neste breve texto emergem. Uma é a de que no âmbito da Guerra Fria seria forçoso o Brasil tomar a defesa das ex-colônias e ter de flertar com outros incentivadores da libertação nacional de origem socialista. O fato de o Rio de Janeiro e Brasília terem tido a vontade de desempenhar papel relevante perante o processo de descolonização também é algo que merece algum crédito em virtude da grande e influente sociedade portuguesa que bem dialogava com o polêmico governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos entusiastas civis do movimento de 1964 (Barreto, 2006). Não foi à toa que boa parte dos portugueses pró-Salazar passou a habitar o Rio de Janeiro.

Do ponto de vista cultural e sociológico não seria desprezível o debate que Gilberto Freyre tratava desde os anos 1950 a favor do diferencial português na colonização. Também movida por emoção e tradição, embora não sejam categorias da ciência política o Itamaraty se viu influenciado por esse viés na hora de tomar atitudes que pudessem desagradar Portugal. Não seria lícito dizer que não houve nenhum empenho da Chancelaria nacional

contra o colonialismo. Fora visto muito ato registrado contra as metrópoles.

Mas com relação a Portugal houve apego emocional e cultural que pode muito bem ser remetido a Gilberto Freyre e sua visão lírica e positiva da civilização portuguesa nos trópicos, dando origem a experiências novas que deveriam ser defendidas em face dos desafios que poderiam por a perder o que havia de positivo no gênio português. Trocar os valores lusitanos miscigenação e mescla pelas atividades políticas socialistas e totalitárias, ainda que elas fossem simpáticas à independência é algo que desagradava Freyre que chegou a lamentar em 1981 a guerra civil angolana em que houve apenas a troca de um senhor pelo outro, em que procura se justificar de seu apego a Salazar (Freyre, 1981).

Em 1975, no governo de Ernesto Geisel, o Itamaraty tem forte presença no processo de independência das ex-colônias portuguesas na África, sobretudo Angola. Unidade política de fartos recursos econômicos e ponto de conexão de variados grupos políticos que optaram pela luta armada, autonomistas, pró-União Soviética, pró-Estados Unidos, e outros, Angola recebeu todos os esforços do Itamaraty no reconhecimento de sua independência na figura dos diplomatas Ítalo Zappa e Ovídio de Mello, homens da linha de frente que tiveram a iniciativa de dialogar com as novas lideranças em jogo, Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, de Angola, e Samora Machel, de Moçambique.

Tudo isso não deixou de ser surpresa tanto para as novas lideranças africanas quanto para boa parte da sociedade brasileira com interesse na política exterior brasileira. Contrariando até parte substancial do bloco que sustentara o governo Geisel, a Chancelaria reconheceu, antes de todos os outros Estados, a independência da África lusófona. Não sem críticas do lado doméstico e do internacional que havia se queixado de o Brasil ter adentrado em uma área justamente conformada pelo socialismo soviético (Gaspari, 2004).

Eis o lamento de Gilberto Freyre, cujo aspecto era de que o desmanchar do império colonial português podia ter sido uma urgência dos novos tempos, mas nada que fosse completamente pensado no bem-estar

da população. O processo político que desembocara nas independências nada tinha a ver com o povo, mas sim com a dinâmica de lutas entre impérios, dos Estados Unidos contra a União Soviética, sendo alguns peões encontrados nas figuras da República Sul Africana e na Bélgica. Nada que dizia respeito ao povo – esse sim resultado da comunhão atemporal da mãe lusitana com varias raças (Freyre, 1981).

Como foi frisado no começo deste artigo, a questão que envolve a situação colonial portuguesa e o governo Castelo Branco nos anos 1960 merecem bem mais atenção e estudo. Certamente, não há aqui a menor intenção de polarizar debate, trata-se apenas de algo que dá o ponto de partida para trabalhos de maior envergadura no futuro. De outra forma, apenas procurou-se neste trabalho seguir a sugestão de Kenneth Maxwell sobre atraente estudo da descolonização portuguesa e deixou espaço para pesquisar algo que em seu livro não teve espaço, qual seja, as razões políticas que aproximaram Brasil e Portugal em assunto e período tão delicado para os dois Estados (Maxwell, 2006).

Quer dizer, alguma coisa mudou da política externa brasileira e no arcabouço político que sustentava o movimento político-militar de 1964. Em março daquele ano o presidente Castelo Branco não fazia questão de se desgastar por causa da descolonização, embora não deixasse de registrar que o Brasil amava a autodeterminação dos povos. No hiato que vai de 1967 a 1973 houve distância do *partido castillista* do poder, sendo substituído pelo pessoal da denominada linha-dura de Costa e Silva e Médici.

Em 1974 com a escolha de Geisel para o Planalto o embaixador Azeredo da Silveira vai para o Itamaraty para compor uma política coerente com seus propósitos, a da autonomia nacional frente aos blocos internacionais de poder. Com Geisel emerge novamente os castellistas. Mas agora a África está na questão do dia, assim como a China Popular e o novo governo tem postura mais pragmática que ideológica, como havia tido Castelo. Alguma coisa mudou e merece estudo mais bem acurado com relação ao Brasil e ao sistema internacional. O partido castellista era algo que dizia respeito apenas à política doméstica

ou tinha também um traço diplomático e exterior?
De fato a pergunta merece resposta.

Recebido em 26/12/2008

Aprovado em 30/12/2008

Referências

BARRETO, Fernando de Mello. *Os Sucessores do Barão: 1964 – 1985 Relações Exteriores do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FERREIRA, Oliveiros. *Crise da Política Externa: Renovação ou Subordinação?* Rio de Janeiro, Revan, 2001.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. “Não Existe Democracia Relativa”. (Depoimento). In MOTTA, Lourenço Dantas (org). *História Viva*. Volume um. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.

FREYRE, Gilberto. “Sou Francamente Paradoxal”. (Depoimento) In MOTTA, Lourenço Dantas (org). *História Viva*. Volume um. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981.

_____; *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Record, 1989.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: Revolução e Democracia em Portugal*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro: A Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global, 1981.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira. Governo Castello Branco. Império Português.

Words-Key: Brazilian Foreign Policy. Castello Branco Government. Portuguese Empire. Salazar Government.

Resumo: O objetivo deste artigo é procurar demonstrar que além das questões políticas da Guerra Fria o governo Castello Branco não criticou o colonialismo português por motivos culturais, como os apontados por Gilberto Freyre.

Abstract: this paper intends to show the others reasons which Castello Branco government supported the colonial Portuguese regime. Beyond the political issues there is also the cultura mentioned by Gilberto Freyre.

